



Anais da Assembléia

N.º 73

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

ATOS DA PRESIDÊNCIA:

RESOLUÇÃO Nº 13/81

DATA: 16 de Junho de 1981.

SÚMULA: Estabelece como órgão representativo dos Jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O Comitê de Imprensa é o órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa.

Parágrafo único — É de exclusivo direito dos jornalistas credenciados, o acesso às dependências privativas da Assembléia, ressalvados os casos previstos em regulamento próprio.

Art. 2.º — O Comitê de Imprensa reger-se-á por regulamento baixado pela Mesa, e considerado parte integrante do Regimento Interno da Assembléia.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16/06/81.

a) JOÃO MANSUR

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1981

Quarta-feira)

Presidência do Sr Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelson Friedrich, Nelson Bufara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Edilson Alencar, Nilso Sguarezi, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Cotrim, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Wilson Fortes (24); em licença, os Srs. Deputados José Tavares e Valduga (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número DTL/34/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei sob o seguinte número:

201/79: Dos Srs. Deputados RENATO BERNARDI e ANTÔNIO ROMERO FILHO, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima DOM JOSÉ MARIA MAIMONE, Bispo da Diocese de Umuarama, o qual convertido em lei tomou o número 7.455. - Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Dr. NELSON JOSÉ CORREA, ex-Deputado Estadual.

Requer outrossim, que após decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada, residente à Rua Ébano Pereira, 134, Apt.º 92.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja inscrito na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela solene inauguração do novo Paço "Campos Gerais", na sede do Governo Municipal "Dr. David Federmann", no dia 20 do corrente, na cidade de Ponta Grossa.

Este registro se justifica porque traduz a satisfação dos integrantes deste Poder, diante da importante realização administrativa levada a efeito, pelo dinâmico Prefeito Luiz Carlos Zuk, à frente do Executivo pontagrossense.

Requer ainda, que do presente seja dado conhecimento ao ilustre homem público que ora se homenageia.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, e SEGISMUNDO MORGENSTERN, DD. Secretário de Recursos Humanos, solicitando a atualização das Tabelas de Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo, de conformidade com o novo valor do salário-mínimo regional e de acordo com as normas contidas na página 58 do livro "UM MODELO DE

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS", sob o título "Sistema de Remuneração", cuja cópia anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Há poucos dias, recebemos da Secretaria de Recursos Humanos do Estado do Paraná, um exemplar do livro "UM MODELO DE RECURSOS HUMANOS", o qual, à página 58, sob o título "Sistema de Remuneração", explica a técnica usada para a confecção das Tabelas de Vencimentos contidas nos Anexos da Lei 7424/80.

Sabemos que, desde primeiro de maio, o salário-mínimo regional foi elevado para Cr\$ 8.464,80 e que as normas adotadas para a confecção das Tabelas, segundo o livro, foram as seguintes:

"Desta forma, os salários estavam demasiadamente achatados, dificultando a natural evolução do funcionário, uma vez que não havia motivação para tanto. Além disso, o antigo sistema estabelecia 30 níveis salariais que não obedeciam qualquer proporcionalidade de crescimento entre os vencimentos.

Visando resolver estes problemas, foram constituídas três tabelas salariais em função dos regimes de trabalho (vide item 3), que observam a progressão constante de crescimento salarial entre as classes (padrão).

Desta forma, os salários entre uma classe e outra, cresce verticalmente na razão de vinte por cento, dando ao servidor perspectivas de ascensão funcional. Uma vez que existe um percentual de progressão de vinte por cento entre as classes, acumulativamente a distância entre o menor e o maior salário, em termos de valores, tornou-se mais elástica, esta medida ocasionou certo desachatoamento salarial.

Além disso, todos os funcionários podem evoluir dentro da categoria a que pertencem, à razão de cinco por cento. Estão previstas onze referências para progressão funcional dentro de uma mesma categoria horizontalmente que, na razão de cinco por cento de crescimento entre cada uma, resulta numa amplitude de evolução de oitenta por cento entre a primeira e a última".

Partindo do princípio de que esse livro foi editado criteriosamente e contém, sem qualquer demagogia, somente a verdade, vamos nos permitir elaborar as novas Tabelas que deveriam entrar em vigor a partir de primeiro de maio do corrente ano:

Sabemos que o valor mínimo da Tabela I do Anexo II, que estabeleceu os vencimentos para 30 horas semanais, é de Cr\$ 7.235,00, para o Padrão A, Referência 01, o qual correspondia a 1,25 vezes o valor do salário-mínimo regional, encontraremos o valor atualizado de Cr\$ 10.581,00 (Cr\$ 8.464,80 vezes 1,25) para o Padrão A-01.

Daí para frente, aplicando as normas contidas expressamente no livro editado pela Secretaria de Recursos Humanos, ou seja, estabelecendo uma progressão de cinco por cento de uma referência para outra, e de vinte por cento de uma classe (Padrão) para outra, e usando a mesma proporcionalidade da Tabela anterior para os cargos de níveis universitários, obteremos os valores contidos nas Tabelas anexas ao presente requerimento, devendo a de 40 horas semanais ser calculada com o acréscimo de 33,33 por cento sobre a de 30 horas semanais.

Esses valores seriam devidos ao funcionalismo a partir do dia primeiro de maio do corrente ano.

Assim sendo, solicitamos a remessa de ofícios às autoridades governamentais competentes, a fim de que, dentro dos preceitos constitucionais, tomem as iniciativas que se fazem necessárias para a atualização das Tabelas de Vencimentos instituídas pelo Plano de Classificação de Cargos do Pessoal do Poder Executivo.

Se não o fizerem com a maior urgência, estarão permitindo o novo achatamento entre todas as onze referências do Padrão A, bem como algumas do Padrão B, fato que se agravará sobremaneira a partir de primeiro de novembro, quando ocorrer novo reajuste do salário-mínimo.

Desta forma, antes mesmo do decurso de prazo para as reclamações quanto à implantação definitiva do Plano de Classificação, o mesmo estará parcialmente superado e, com a agravante de dar tratamento de igualdade para situações diferentes, como ocorre em relação aos servidores enquadrados nas Referências -1 a 11 do Padrão A, pois hoje, qualquer que seja o tempo de serviço e outros requisitos exigidos para o enquadramento, estão percebendo apenas o equivalente ao salário-mínimo...

Como se pode notar, pedimos apenas o cumprimento das normas que referam o verdadeiro espírito da Lei 7424/80 (Plano de Classificação de Cargos), as quais estão analisadas de forma esclarecedora à página 58 do livro antes mencionado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado e à Coordenadoria Regional do INCRA, solicitando urgente regularização do chamado "Pouso número 04", também conhecido como "Pouso do Palmito", situado na localidade de Cerro da Lola, no Município de Toledo.

Existe na localidade de Cerro da Lola, uma área de terras de aproximadamente quarenta alqueires, onde residem aproximadamente doze famílias, sendo que a maior propriedade não chega a seis alqueires e tais posseiros estão em situação irregular, há mais de dez anos, sem que as autoridades competentes tomem as providências necessárias.

Requer envio de cópia à Câmara Municipal e à Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Governador do Estado, solicitando que seja reiniciada a pavimentação da BR-585, trecho Vera Cruz d'Oeste - Toledo, ou que manifestem quanto a data do início da pavimentação da mencionada rodovia, considerando a importância que representa aquela região no contexto econômico paranaense.

Requer envio de cópia às Câmaras Municipais de Toledo e de Céu Azul, e à Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à TELEPAR, solicitando que seja instalado com urgência no Distrito de São Pedro, Município de Toledo, o Terminal Remoto de Telefonia ou a Central Telefônica, pois o distrito, após a legalização dos problemas fundiários, passa por uma fase de franco desenvolvimento.

Requer envio de cópia à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando imediatas providências, quanto à recuperação asfáltica da PR 317, trecho Campo Mourão - Maringá, o qual se encontra em estado deplorável, colocando sérios riscos aos usuários.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1981.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A PR-317, é uma das mais importantes rodovias do Estado do Paraná, sendo que por lá trafegam diariamente centenas de veículos que demandam do Norte do Paraná até Foz do Iguaçu, principalmente hoje como corredor para a Binacional Itaipu, a qual tem seu terminal na cidade de Maringá.

Entretanto, o trecho da referida estrada entre Maringá e Campo Mourão se encontra em péssimas condições de tráfego, o que causa sérios riscos aos usuários da mesma.

Urge portanto, que a Secretaria dos Transportes tome medidas imediatas no sentido de recuperar aquele trecho.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havíamos prometido, na semana passada, que apresentariamos um projeto de lei pedindo aumento ou propondo uma autorização de aumento ao funcionalismo público.

Como os organismos do Estado e da União, que deveriam fornecer os índices de alteração do custo de vida e de outros desnivelamentos de preços, até o momento se recusam a fornecer, torna-se quase intransponível esta barreira de desinformação dos Deputados, principalmente — ou especificamente — dos Deputados da Oposição.

Há repartições que se recusam a atender funcionários do gabinete deste Deputado, para proporcionar informações adequadas para compormos um quadro de justificativa.

Mesmo assim, Sr. Presidente, compulsando o livro editado pela Secretaria de Recursos Humanos, estou propondo à apreciação da Casa, um requerimento solicitando o reajuste e a progressão salarial prevista no livro.

Especialmente nesta oportunidade, para o Poder Executivo, cuja tabela se encontra neste livro, à página 60 e seguintes, do livro: "Um modelo de gestão de Recursos Humanos", Administração Pública, Secretaria de Recursos Humanos do Paraná.

Então, baseado nos estudos feitos pelo Secretário, a exemplo do que já demonstrou aqui no Plenário, desta tribuna, o Deputado Deni Schwartz, a respeito de outras conotações, quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, este requerimento.

Então, vendo este livro, sabemos que desde primeiro de maio, o salário mínimo regional foi elevado para Cr\$ 8.464,80. E que as normas adotadas para a confecção da tabela deste livro foram as seguintes:

Os salários estavam demasiadamente achatados, dificultando a natural evolução do funcionário, uma vez que não havia motivação para tanto. Além disso, o antigo sistema estabelecia 30 níveis de salários que não obedeciam qualquer proporcionalidade de crescimento entre os vencimentos.

E, visando resolver estes problemas, foram constituídas três tabelas salariais, em função do regime de trabalho, no item três, que observam a progressão constante do crescimento

salarial entre as classes padrão.

Desta forma, o salário entre uma classe e outra, cresce verticalmente na razão de vinte por cento, dando ao servidor perspectivas de ascensão funcional.

Uma vez que existe um percentual de progressão de vinte por cento entre as classes, acumulativamente, a distância entre o menor e o maior salário em termos de valores, tornou-se mais elástica. Esta medida ocasionou certo desachatoamento salarial.

Estou lendo, Sr. Presidente, o que diz o livro. Além disso, todos os funcionários podem evoluir dentro da categoria que a percentagem, a razão de cinco por cento de uma para outra. Estão previstas ainda onze referências para progressão funcional, dentro de uma mesma categoria horizontalmente que na razão de cinco por cento de crescimento entre cada uma delas, resulta uma amplitude de evolução de oitenta por cento entre a primeira e a última.

Acontece, Sr. Presidente, que mesmo descrevendo no livro todas essas ponderações, não se chega a um resultado apreçoado pelo Secretário de Recursos Humanos.

E, partindo do princípio de que este livro foi editado criteriosamente e contém, sem qualquer demagogia, somente a expressão da verdade, vemos que há necessidade de nos permitir a elaboração de novas tabelas, baseadas no princípio adotado pelo livro.

Sabemos que o valor mínimo da Tabela I do Anexo II, estabeleceu os vencimentos para 30 horas, é de Cr\$ 7.235,00, de acordo com a página 60, para o Padrão A, referência 01, o qual correspondia a 1,25 vezes o valor do salário mínimo regional.

Então, encontraremos a quantia de Cr\$ 10.581,00 para o Padrão 01, isso tendo em vista o salário mínimo e mais o chamado e derogado PAS, a soma dos 25 por cento correspondentes ao salário, daria então, para o funcionário público estadual, Cr\$ 10.581,00, o mínimo, e a partir daí, na progressão apreçoada pela filosofia da Secretaria de Recursos Humanos, contida neste livro, o funcionário público estaria na carreira inicial para receber Cr\$ 10.581,00, e as demais categorias, na base de 20 por cento de uma para outra, de acordo com as referências.

Sr. Presidente, não concluirei porque não há tempo suficiente para ir adiante.

Deixarei este requerimento para ser entregue à Mesa, e peço que Vossa Excelência tome por lida, se assim for deliberado, toda a matéria contida no requerimento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezzi, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci, inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, prossigo então, dizendo que, daí para frente, aplicando as normas contidas expressamente no livro editado pela Secretaria de Recursos Humanos, ou seja, estabelecendo uma progressão de cinco por cento de uma referência para outra, e de vinte por cento de uma classe ou padrão para outra, e usando a mesma proporcionalidade da tabela anterior, para os cargos de níveis

universitários, obteremos os valores contidos nas tabelas calculadas com o acréscimo de 33,33 por cento sobre a tabela que consta não só do livro, com a progressão feita, mas também, já reformulada, e que acompanha este requerimento.

Isto representa o que?

Representa o chamado e antigo extraordinário prestado pelo servidor público.

Então, seriam devidos esses valores, a partir do dia primeiro de maio, quando ocorreu uma elevação do mínimo salário regional.

Desta forma, pedimos a remessa deste ofício às autoridades mencionadas no requerimento, a fim de que, dentro dos preceitos constitucionais, tomem as iniciativas que se fazem necessárias para a atualização das tabelas de vencimentos, instituídas no Plano de Classificação dos Cargos de Pessoal do Poder Executivo.

Evidentemente que os demais poderes acompanhariam para uma proporção igualitária, e naturalmente justa, equitativa, os demais poderes constituídos do Estado.

Se não o fizerem com a maior urgência, estarão permitindo um novo achatamento entre todas as onze referências do Padrão A, bem como algumas do Padrão B, fato que se agravará, sobremaneira, a partir de primeiro de novembro, quando ocorrer novamente o reajuste do salário mínimo em todo o País.

Por esta razão, antes do decurso de prazo para as reclamações quanto à implantação definitiva do plano de classificação, o mesmo estará parcialmente superado, e com a agravante de dar tratamento de igualdade para situações diferentes, como ocorre em relação aos servidores enquadrados nas referências de I a 11, do Padrão A.

Porque, hoje, qualquer que seja o tempo de serviço e outros reajustes exigidos para o enquadramento, estarão percebendo apenas o equivalente ao salário mínimo.

Basta ver que apenas estamos cumprindo normas que regem o espírito da Lei 7424/80, que é o Plano de Reclassificação de cargos do Executivo, às quais estão analisadas, de forma esclarecedora, na página 58 do livro mencionado.

Veja-se por exemplo, Sr. Presidente, o nível inicial da carreira, o Padrão A, referência 1, o nível, o início é de nove mil e seiscentos e quarenta e sete cruzeiros. Este Padrão A, vai até Cr\$ 13.203,00, referência 11. Mas, se o Governo adotar este reajuste apregoado pelo próprio Secretário, nessa edição já mencionada, teremos, por certo, uma justa aplicação da filosofia que o próprio Governo apregoeou durante a discussão do projeto de reclassificação.

Mas poderemos indagar: os funcionários do Executivo e do Legislativo? Qual o critério que poderia ser adotado para esse quadro funcional? Evidentemente, dentro do mesmo critério adotado para o Poder Executivo. Em cada nível de vencimento, em cada padrão, há uma quantia, um percentual a ser aplicado.

E aplicar-se-ia também em todos os níveis dos outros Poderes, em todos os padrões, para não haver uma discrepância, um distanciamento dos níveis de vencimento dos cargos de outros Poderes, em relação ao Executivo.

Se pudéssemos fazer uma comparação entre os 72 por cento, em números redondos, do aumento de vencimentos do funcionalismo, do mês de janeiro do corrente ano a esta data, já teríamos sem contar a defasagem do ano anterior e anos precedentes, nós, já neste ano, tendo em vista apenas a desvalorização da nossa moeda, o funcionário público já está com alto prejuízo, com grande diferença entre um e outro nível de vencimento.

Por esta razão, Sr. Presidente, não tendo ainda possibilidade de apresentar, ainda que se diga demagogicamente, um projeto de lei de reajuste salarial superior à correção inflacionária, para se prever a implantação, ainda este ano, haveremos

de apresentá-lo, ainda que muitos possam interpretar como demagógico.

Porque é preciso se bater nas portas do Governo para que ele possa abrir essas portas. A porta que vai, naturalmente engraxar a máquina administrativa do Estado, concedendo aos funcionários, uma diminuição da perda do poder aquisitivo do seu salário.

Nestas circunstâncias, Sr. Presidente, e tendo em vista a grande preocupação dos Srs. Deputados para com esta matéria, tenho como encerrada a primeira fase. E, na semana que vem, apresentarei então o projeto de lei a que me referi.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso de seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, agradeço a concessão que me faz o nobre Líder da nossa bancada para poder usar este espaço, e pretendemos hoje, somente para registrar nos Anais desta Casa, um dos aspectos de arbitrariedade que acontece normalmente no interior, em nossos municípios.

Um dos males de toda e qualquer ditadura é transformar os pequenos tiranos, os prepostos menores do regime. E o fato se torna ainda mais deprimente e chocante, quando a prepotência da autoridade se alia à rapinagem do poder econômico com veleidades políticas.

Nova Santa Rosa, assim como outros municípios do Oeste do Paraná, foi colonizada por gente simples, ordeira, trabalhadora, e com espírito comunitário altamente desenvolvido, característica de nossa gente pioneira.

Essa mesma gente, através da Associação de Amigos de Santa Rosa, construiu com suas próprias mãos, habituadas ao trabalho, uma praça, simples, é verdade. Árvores, grama, areia e um pouco de jardinagem, fazia orgulho aos fundadores daquela cidade.

Ponto de referência, ponto de orgulho, ponto de encontro dos novasantarrosenses e além de tudo, significava um marco dos pioneiros e de seu espírito comunitário, mas o final, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi trágico.

Numa manhã, sem aviso e completamente alheio à lei, tratores põem abaixo a praça toda. Não sobrou árvore, nem grama, e nem o sinal do que foi o trabalho da gente de Nova Santa Rosa. Ordem do Sr. Prefeito, Sr. Armino Fischer.

Chamado a depor na Câmara dos Vereadores, tentou a saída. Confessou publicamente dizendo: "... foi malandragem minha. Primeiro, derrubei, para depois explicar, porque sabia que a Câmara não ia dar autorização para tal".

E é evidente com o empenho e sob os protestos dos vereadores Rock Davis e Binds, o Prefeito teve que vir à Câmara dos Vereadores explicar as razões de tal barbarismo. Mas ele contou o resto da história.

Chamado a Curitiba pelo Sr. Saul Raiz, ofereceram-lhe verba para construção de obras, marcante e política, a hipótese de asfaltamento das ruas, uma necessidade do município, foi descartada com a desculpa de que poderiam arranjar recursos a nível federal.

O projeto de uma praça de esportes, coberta, também foi eliminada, porque já existe outra Secretaria, a de Esportes e Cultura, com esta mesma finalidade.

O Sr. Saul Raiz, "papai noel" fora de época, encomenda então ao Prefeito uma obra urbanística, de paisagem urbana, e surge assim o projeto de luzes e concreto para por abaixo o trabalho comunitário daqueles primeiros habitantes, daqueles pioneiros de Nova Santa Rosa.

Finalizando, além de nos solidarizarmos com a dor e revolta da Associação dos Amigos de Nova Santa Rosa, gostaria-

mos de fazer algumas observações.

— Exatamente na semana do Meio Ambiente, da preservação do meio ambiente, vemos destruída uma praça comunitária com árvores e gramas, para dar lugar ao concreto frio e político. E o fato se torna ainda mais estranho, quando sabemos que o engenheiro da Prefeitura, responsável pelo projeto, salvo engano é presidente ou secretário da Comissão de Preservação do Meio Ambiente do Município de Nova Santa Rosa.

Veja a contradição e o absurdo. Outra observação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que também não conseguimos ver seriedade e honestidade num Governo Estadual, que diz não ter verbas para resolver os problemas mais prementes de seu povo.

Mas, no entanto, cria uma secretaria para espalhar vultosas verbas políticas, aliciando prefeitos e vereadores, para que se tornem cabos eleitorais de um candidato fabricado em laboratório.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos a certeza, que pelo menos nos dois vereadores há pouco citados, que protestaram contra aquele vandalismo, contra o desrespeito do Prefeito para com seu próprio pai, que foi um dos sócios da Associação de Amigos que construiu a praça por ele destruída.

Temos a certeza que o protesto dos Vereadores não se deixaram levar pela suntuosa verba, para transformar as árvores, a grama daquela praça construída com sacrifício, em concreto e luzes, oferecido por Saul Raiz. Este exemplo, Srs., é o retrato da atual política estadual praticada pela nova "Secretaria Especial" de Saul Raiz, aliada com prefeitos não menos prepostos, do interior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário, do Vereador Nereu Massignan, Presidente da Câmara do Município de Dois Vizinhos.

Consultamos à Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consultamos a Liderança do PTB.

Tendo declinado, consultamos a Liderança do PDS.

Antes a Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito Paulo Savarin, do Município de Antonina.

Com a palavra, o Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito salutar para nós, que fazemos política na região do litoral, relatarmos o que há poucos instantes ficou estabelecido.

Na Secretaria da Administração, o Secretário Véspero Mendes e entidades assistenciais de Antonina, foram firmados dois convênios: um que é de Cr\$ 1.500.000,00, à Liga de Defesa da Tuberculose de Antonina, e outros Cr\$ 600.000,00 à Associação de Proteção à Maternidade e Infância daquela cidade.

Como sabem os srs. Deputados, nobre Sr. Presidente, a região do litoral é demasiadamente carente. E, por ser assim, o Governador do Estado, através da Secretaria da Educação, firmou estes convênios da mais alta importância para a Região Litorânea.

Antonina, que abriga nas dependências da Liga de Defesa à Tuberculose centenas de doentes, que se recuperam com o grande amor de seus dirigentes, com a grande cautela, com o grande cuidado que eles têm para com os doentes aflitos que para lá se dirigem em busca de um tratamento adequado. E também a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, que presta relevantes serviços às crianças menos favorecidas de nosso litoral.

Quero cumprimentar o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário da Administração e os principais dirigentes daquelas entidades da cidade de Antonina, pelo muito que têm feito e

na certeza de que receberam recursos e que receberão no futuro, para o bom andamento daquelas entidades assistenciais.

Congratulo-me também com o Sr. Preefeito daquela cidade, Paulo Virgílio Savarin, grande administrador, que tem levado os seus reclamos ao Governador e ao Secretário de Estado do Paraná, sempre buscando minimizar o sofrimento do povo daquela região, procurando caracterizar a sua administração com eficiência e voltada para o interesse do povo capelista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 203/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro OPHIR RUY WOITOWICZ. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 203/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro OPHIR RUY WOITOWICZ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1979.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Ophir Ruy Wotowicz, nascido na cidade de Ponta Grossa, Paraná, é um exemplo de trabalho, dedicação e amor à nossa terra.

Diretor Presidente do Grupo INEPAR, do qual é fundador, empresa constituída exclusivamente de capital nacional, sendo considerado hoje o maior conglomerado do setor eletro-eletrônico do País.

É membro de diversas instituições, das quais se destacam o Instituto de Engenharia do Paraná e a AECIC — Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, para a qual, em 23/3/77, foi eleito Vice-Presidente, assumindo a Presidência em 13/2/78. Eleito Presidente efetivo da AECIC, para o mandato 79/80. É Primeiro Vice-Presidente da CEXPAR — Centro de Comércio Exterior do Paraná.

Fez várias viagens de estudos e observações ao exterior, especialmente aos Estados Unidos da América do Norte, México, Europa e Japão.

O Grupo INEPAR atende à demanda de todo o País, de quase toda a América Latina e seus planos de expansão objetivam a ampliação de atividades na África e Oriente Médio, dentro de sua linha de produção, montagem, prestação de serviços e comercialização.

Dentre alguns fatos de iniciativa de empresas dirigidas pelo Engenheiro Ophir Ruy Wotowicz, destacam-se os seguintes: Instalação (como cortesia à cidade de Curitiba), de sua primeira lâmpada de mercúrio da cidade, na Praça Santos Dumont, durante a administração do General Iberê de Mattos; primeiras construções de linhas de transmissão da COPEL; primeira iluminação decorativa de Vila Velha; Primeira linha monofásica de 33 kv no Estado, em caráter experimental; iluminação de luz de mercúrio da primeira avenida no Paraná, em Ponta Grossa; Iluminação à luz de mercúrio da antiga Estação Rodoviária de Curitiba.

OPHIR RUY WOITOWICZ

Nascido em Ponta Grossa (PR), a 09 de fevereiro de 1.924.

Filho de Nicolau Woitowicz e Dona Diomira Scalet Woitowicz.

Casado com Dona Márcia Helena Pereira Woitowicz.

Filhos: Karina Lúcia, Ricardo, Vinícius Nicolau e Valéria.

Completo o curso ginasial no Colégio Regente Feijó, em Ponta Grossa - PR.

Engenheiro Eletricista, diplomado pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, atual Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em 1950.

Exerceu a profissão na antiga Companhia Força e Luz do Paraná, no extinto Departamento de Águas e Energia Elétrica e na General Electric, em Curitiba.

Integrou a Comissão de Coordenação do Planejamento Econômico do Estado do Paraná - PLADEP, na qualidade de membro do Conselho Consultivo do Planejamento Econômico do Estado.

Em 1953, fundou e dirigiu a ENCO - Engenharia e Comércio Ltda., depois transformada em ENCO - Engenharia e Comércio S/A, na qualidade de Diretor Presidente.

Em 1968, fundou a INELCO - Indústrias Elétricas e Comércio Ltda. Depois denominada INEPAR - Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda., até sua transformação em INEPAR S/A Indústria e Construções.

Com a expansão do Grupo INEPAR, exerce as funções de Diretor Presidente não só da empresa "HOLDING", como das seguintes organizações que compõem:

INEPAR S/A Indústria e Construções (Curitiba-PR)

INEBRASA - Indústrias Eletromecânicas Brasileiras S/A (Itajaí-SC)

IBR - Indústria Brasileira de Relês S/A (Curitiba-PR)

INSTALUX Nordeste S/A (Aratu-BA); é também Diretor da Rheinen - INEPAR Eletrotécnica S/A, em Santiago do Chile, integrante do mesmo grupo industrial.

O Grupo INEPAR, do qual o engenheiro Ophir Ruy Wotowicz é fundador e Diretor Presidente, é constituído de capital exclusivamente nacional, sendo considerado hoje o maior conglomerado do setor eletro-eletrônico do País.

É membro de diversas instituições, das quais se destacam o Instituto de Engenharia do Paraná e a AECIC - Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, para o qual, em 23/3/77, foi eleito vice-Presidente; 1º Vice-Presidente do CEXPAR - Centro do Comércio Exterior do Paraná; eleito Presidente efetivo da AECIC para o mandato 79/80.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 203/79

PARECER:

Tem o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, a finalidade de outorgar o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro OPHIR RUY WOTOWICZ

Devidamente articulado e acompanhado de justificativa, o plano de lei em questão preenche os requisitos regimentais e legais e não vulnera qualquer preceito de ordem constitucional.

O homenageado, com efeito, é um expoente dos meios empresariais paranaenses, cuja atuação tem resultado em inestimáveis serviços prestados ao nosso Estado.

Aqueles que conhecem de perto as atividades das empresas administradas pelo Engenheiro Ophir Ruy Woitowicz, são unânimes em reconhecer os extraordinários benefícios que Sua Senhoria tem prestado ao Paraná.

Por tais razões, convencido estamos da oportunidade desta iniciativa, não somente pelos termos da justificativa, como também pelos méritos patenteados no vasto currículo do homenageado.

Somos pois, pela Aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Creche Mundinho da Criança Tia Nair", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 27/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a CRECHE MUNDINHO DA CRIANÇA TIA NAIR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1981.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando, há três anos, relevantes serviços à comunidade curitibana, principalmente à população do bairro do Novo Mundo, referente ao atendimento da criança carente e necessitada.

Os estatutos da entidade que anexo encaminhamos, bem dizem das finalidades filantrópicas a que se destina, e que se coaduna com as exigências legais para que a mesma receba o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 27/81

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Creche Mundinho da Criança Tia Nair, com sede nesta Capital.

Analisando-se a matéria, através da justificativa e documentação apresentada, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual, pertinente ao instituto da utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO - Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 31/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar imóveis que especifica, ao Município de União da Vitória. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de Urgência. - **Aprovado :**

PROJETO DE LEI n.º 31/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob o n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo 18 (dezoito) metros de frente para a Rua Castro Alves, 45 (quarenta e cinco) metros de

fundos, registrado sob n.º 19.099, do Livro 3-U, fls 26, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória e o lote de terreno urbano sob n.º 3, constante da Carta de Data n.º 205, com 20 (vinte) metros de frente e fundos correspondentes situado à Rua Castro Alves, registrado sob n.º 15.830, às fls. 69 do Livro n.º 3-0 do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º - Os imóveis de que trata o artigo anterior serão destinados à permuta por outro imóvel onde deverá ser instalado o Centro Cultural da Cidade de União da Vitória, após a necessária avaliação e manifestação do Legislativo Municipal.

Art. 3.º - A presente doação fica condicionada à obrigação do Município de União da Vitória de providenciar a permuta e instalação do Centro Cultural no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da escritura de doação, sob pena do referido imóvel reverter ao Patrimônio do Estado.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 7.411, de 26 de novembro de 1.980.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa incluir o lote de terreno urbano n.º 3, constante da Carta de Data n.º 205, na doação já feita através da Lei n.º 7.411, de 26 de novembro de 1.980, a fim de constituir área permutável com o Município de União da Vitória, em benefício do Centro Cultural da sede do referido município.

O fato de, no Art. 4.º, ficar revogada a lei mencionada, decorre da intenção de fundir as duas doações num só diploma legal.

A cláusula constante do Art. 3.º preserva, como convém, a destinação estabelecida no projeto, de qualquer desvio futuro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 31/81

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 31/81, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, pretende doar ao Município de União da Vitória os lotes de terrenos que especifica.

A matéria está em termos regimentais e a iniciativa tem amparo constitucional, por isso deve prosseguir o trâmite regular de procedimento próprio.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 20/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 01/81, (Mens. Govern. nº 01/81), que aprova os Termos Aditivos entre o Governo do Estado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos respectivos municípios. – **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 21/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade, da C.C.J., à ex-Proposição nº 11/81 (Mens. Govern. nº 09/81), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de GUAIARAÇÁ e XAMBRE, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos municípios citados. – **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 22/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 18/81 (Mens. Govern. nº 19/81), que aprova o Convênio FNDU nº 81/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e o Município de GUAÍRA, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra. – **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 23/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 22/81, (Mens. Govern. nº 23/81), que aprova Convênio FNDU nº 89/80, celebrado entre o Ministério do Interior, o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a execução de projetos, obras e serviços mencionados. – **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nelson José Correa, ex-Deputado Estadual. – **Aprovado** ÷ Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração do novo Paço “Campos Gerais”, na sede do Governo Municipal “Dr. David Federmann”, no dia 20 do corrente, na cidade de Ponta Grossa. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à ITAIPU BINACIONAL, FURNAS, CENTRAIS ELÉTRICAS S/A e ELETROBRÁS. – **Aprovado.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO – (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

9 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 203/79, 27/81 e 31/81, e de Resolução nºs 20, 21, 22 e 23/81.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 59/80.

Levanta-se a Sessão.

ATA DE COMISSÃO:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e hum, na Sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os traba-

lhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Renato Bernardi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 30/81, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 34/81, que altera os dispositivos que especifica, da Lei 7279, (CÓDIGO DA ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS) do Estado do Paraná, a qual foi aprovada sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

ATO DA DIRETORIA GERAL:

PORTARIA Nº 350/81

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula nº 419, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1981.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral